



3ª Edição - 2019

III Seminário Internacional de **Segurança da Amazônia**

Fronteira e Segurança no espaço amazônico

**Desafios do
Sistema
Prisional
no Brasil**

**As Graduações
da área de segurança
agregam valores
importantes**

**O combate da
criminalidade na
Sicília, berço da Máfia
italiana, no III SISAM**



O Centro de Estudos de Segurança da Amazônia (CESAM) surgiu da necessidade de compreensão dos problemas de segurança na região a partir de uma perspectiva aprofundada e científica. A Amazônia é uma região de grande potencial que atrai atenção mundialmente. Em especial, as questões de natureza ambiental são os aspectos mais relevantes quando a região é lembrada. Contudo, a Amazônia sofre com problemas sérios de segurança, seja em suas florestas ou em suas cidades. Assim, o CESAM nasceu do entendimento compartilhado por profissionais de segurança pública, acadêmicos e gestores a respeito da necessidade de se conhecer os problemas vivenciados pela região a fim de elaborar políticas públicas de qualidades e adaptadas à sua realidade.

A ideia de se constituir um centro voltado aos estudos dos problemas de segurança na região surgiu no I Seminário Internacional sobre Segurança da Amazônia que congregou profissionais de distintas origens preocupados com a dinâmica da segurança pública na região. Desse modo, a Carta de Manaus, de 19 de Agosto de 2011, ressaltou a necessidade de uma instituição voltada à pesquisa científica e à formação no campo da segurança pública como fundamental para a construção de políticas públicas para a região.

O CESAM tem por objetivo auxiliar o poder público para reduzir os índices de violência na região e aumentar a qualidade de vida de suas populações. Adicionalmente, para o CESAM a segurança pública é indispensável à proteção da biodiversidade amazônica.



**PROGRAMA DE
INTELIGÊNCIA
PARA COMBATER
A VIOLÊNCIA
E O CRIME**



**PROGRAMA DE
INTELIGÊNCIA
EM SEGURANÇA
AMBIENTAL**



**PROGRAMA DE
CAPACITAÇÃO
EM SEGURANÇA
NA AMAZÔNIA**



**PROGRAMA DE
PESQUISA
ACADÊMICA DE
SEGURANÇA
NA AMAZÔNIA**

www.cesam.org.br

EDITORIAL

Emerson de Almeida Negreiros

Presidente em exercício da ADEPOL-AM

Foi com grande satisfação que Manaus recebeu mais uma edição do Seminário de Segurança da Amazônia (SISAM), que em sua terceira edição reuniu profissionais do setor de segurança pública, gestores, acadêmicos e demais profissionais relacionados à essa temática. A Associação de Delegados de Polícia do Amazonas – ADEPOL/AM mais uma vez acolheu o evento de alta envergadura social e pragmática que contou com o apoio indispensável do Governo do Estado do Amazonas.

Na terceira edição o tema norteador das discussões foi “Fronteira e Segurança no Espaço Amazônico” que ganha relevo com a realidade vivenciada atualmente na região, marcada por problemas como cultivo de drogas, instabilidade política na Venezuela e interiorização da violência. Tais problemas afligem a população de nossa região, em especial a mais necessitada, são de difícil resolução e dependem indispensavelmente da integração dos órgãos de segurança e da sociedade civil para construção de soluções duradouras e eficazes.

Durante os três dias de trabalhos, tivemos discussões profícuas e conceitualmente sólidas, capazes de articular teoria e prática a fim de propor diretrizes para a sociedade amazonense na construção de um ambiente de paz, um dos maiores anseios de toda a população brasileira.

Tais diretrizes são consolidadas na Carta de Manaus, que foi revisada e readequada em razão dos novos desafios observados em nosso Estado e em toda a Amazônia. Contamos com a participação e contribuição de todos para o alcance do objetivo e sucesso do evento.

Agradecemos com espírito de profundo respeito a presença, a colaboração, a interação, a disposição de todos que deixaram seus trabalhos, como secretários de Estado, professores, entre outros profissionais que vieram e contribuíram da melhor forma possível para que o III SISAM se tornasse um evento



base para as políticas de segurança pública, demonstrando verdadeira unidade de pessoas e Instituições na busca de soluções eficientes, perseguindo resultados positivos.

Com a concretização do SISAM, estamos convictos que a Carta de Manaus pode contribuir muito para as políticas de segurança pública, políticas não só voltadas para o local onde nós vivemos, mas também para a nossa própria nação. Isso tudo pode ser levado para que possa ser avaliado e vista a realidade sazonal, pois nós temos uma realidade peculiar. Se o terreno é diferente, se a cultura do povo é diferente, então o método tem que ser diferente.

Para alcançarmos um resultado eficiente nós precisamos ter esse conhecimento das particularidades para aplicarmos os métodos adequados. Entendemos que tudo na vida surge a partir de uma ideia que pode ser modificada e evoluída, pois a sociedade passa por transformações de forma rápida e com isso exige muito mais de nós, dos operadores. A sociedade exige um sistema mais eficiente dos poderes públicos, então nós estamos fazendo a nossa parte.

Diante de todos os debates e discussões durante o Seminário, plantamos uma semente, uma pequena semente de carvalho, que apesar de pequenina, quando brota, surge uma árvore frondosa e é essa árvore que toma as dimensões da Amazônia. E nós somos a ADEPOL e queremos contribuir cada vez mais para a Amazônia, como efetivamente estamos fazendo.

Muito obrigado e que Deus nos abençoe.

SUMÁRIO

PÁG.

- 3 SISAM em números
- 5 O combate da criminalidade organizada na Sicília, berço da máfia italiana, no SISAM
- 6 Fronteira e Segurança no Espaço Amazônico
- 8 Estão os profissionais de segurança brasileiros prontos para o SUSP?
- 10 Desafios do sistema prisional no Brasil
- 12 Governos do Brasil e Colômbia juntos no combate ao tráfico
- 13 Grupos de Trabalhos do III SISAM
- 14 As graduações da área de segurança
- 15 Regiões de Fronteiras
- 16 SISAM em fotos
- 18 Carta de Manaus

FICHA TÉCNICA

Coordenação Geral

Mário Jumbo Miranda Aufiero

Redação

Cinthia Melo
Cátia Paiva
Milena Reis
Fábio Oliveira

Revisão

Epifânio Leão
Rosângela Portela

Fotografia

Pablo Potter
Ismael Neves

Projeto Gráfico

Pivô Brands

Impressão

Imprensa Oficial do Estado do Amazonas

Tiragem

300 exemplares

Governador aposta em investimentos e união de forças para combater o tráfico de drogas nas fronteiras da Amazônia

Com a preocupação em oferecer para a sociedade do Amazonas mais segurança e metas para reduzir a criminalidade, o governador Wilson Lima apoiou o III SISAM. “Desde que assumi o Governo do Amazonas, em janeiro deste ano, a Segurança Pública tem tido toda a nossa atenção, tanto internamente, com a determinação para que nossas forças de segurança endureçam o combate à criminalidade, quanto nas articulações externas. Nosso diálogo tem sido permanente com o Governo Federal, os Governos Estaduais da Região Norte e também de países da Amazônia Legal, que compartilham da mesma preocupação diante de uma região com fronteiras gigantescas”, disse.

Para o governador, há muitas dificuldades de enfrentar a escalada da violência que aflige todos os Estados brasileiros, que é resultado de um histórico de falta de investimentos e prioridades.

O governador informa que acha necessário fazer ainda mais pela segurança, e que para isso está buscando unir forças na Amazônia.

“No Amazonas, temos buscado enfrentar o crime com determinação e mais eficiência e, como resultado desse esforço, mesmo com limitações orçamentárias, já tivemos avanços na redução da criminalidade, principalmente no número de homicídios nos primeiros meses do ano.”

Governador Wilson Lima

Ele conta que em encontro recente do Fórum Global dos Governadores para Climas e Floresta, na Colômbia, buscou estreitar o relacionamento para discutir parcerias no combate à violência e proteção das fronteiras na Amazônia. “No Fórum de Governadores da Amazônia Legal, em março deste ano, no Amapá, deliberamos como prioridade buscar uma maior presença do Governo Federal na região Amazônica, especialmente nas áreas de fronteira, com as forças armadas. Também defendemos que os recursos para financiamento da Segurança Pública e as ações do Governo Federal priorizem as regiões de fronteira, para coibir o tráfico de armas e drogas”, contou.

Ele disse que está estudando novas formas de combater o tráfico, para propor novas fontes de financiamento para fortalecer o Fundo Nacional de Segurança Pública. Da mesma forma, contar com a parceria do Governo Federal e demais Estados da Amazônia para realizar operações integradas nas fronteiras, ampliar o patrulhamento fluvial e criar um banco de dados nacional de integrantes de organizações criminosas.

Em relação ao SISAM, Wilson Lima acredita que unindo esforços é que conseguiremos avançar, porque as discussões dos debates e palestras, que trataram das questões da segurança das fronteiras na Amazônia, são fundamentais para soluções conjuntas e beneficiar toda a população, especialmente do Amazonas, que é o Estado que abriga a maior fronteira da Amazônia.



III SISAM em números

O III Seminário Internacional de Segurança da Amazônia (SISAM), considerado o maior evento de segurança da região Norte, registrou o maior recorde de todas as três edições realizadas com aproximadamente mil pessoas, de diversas regiões do Brasil como São Paulo, Rio de Janeiro, Amapá, Roraima, Bahia, Pará, entre outros.



3 dias de evento



30 horas de palestras



21 palestrantes



921 participantes inscritos



77 Reportagens na mídia



32 artigos científicos



12 Pessoas da comissão científica

Entre os participantes estiveram presentes universitários da área de Direito, advogados, professores, pesquisadores, agentes da segurança pública das esferas federal e estadual, além de autoridades do poder judiciário.

O Seminário ocorreu nos dias 22, 23 e 24 de maio, no Teatro Século, no Centro Educacional Século, Ponta Negra, na Zona Oeste da capital amazonense. Ao total do evento, 21 palestrantes ministraram diversos temas relacionados à segurança pública nas faixas de fronteiras, consideradas hoje os principais corredores fluviais para o transporte de drogas do narcotráfico.

O III SISAM registrou mais de 30 horas de palestras com autoridades de segurança e grupos de trabalho.

O evento ficou marcado pela presença histórica de autoridades do poder judiciário italiano e da polícia italiana, que foram representados por Giuseppe Giura – que é integrante dos quadros da “Polizia di Stato” na qual também é instrutor. O policial italiano atua diretamente na investigação da criminalidade organizada na Sicília e contribuiu mais de 40 anos de experiência no combate às máfias daquele país. Além dele o juiz Fabio Licata também colaborou com seus conhecimentos.

Também contribuíram para o maior evento da região Norte o coronel da Polícia Nacional da Colômbia, Luís Ernesto García, e demais autoridades brasileiras como juizes, promotores, advogados, defensores, secretários de Estado, além do Governador do Amazonas, Wilson Lima. De acordo

com o coordenador do III SISAM, delegado Mário Aufiero, além do recorde de participantes, o evento marcou historicamente com a presença do Fórum Brasileiro de Segurança.

O coordenador também ressaltou a importância da implantação dos Grupos de Trabalho no evento, que serviu para a apresentação de 32 artigos científicos com temas relacionados à segurança pública e que podem, futuramente, servir de modelos de novas políticas públicas na área. Todos os grupos foram acompanhados por cinco coordenadores dos cursos de Segurança Pública no Brasil, além de 12 pessoas da comissão científica que analisaram os artigos de pós-graduação e mestrado. Por fim, todo o evento foi transmitido ao vivo pelo Facebook, Instagram e YouTube.

“

Promover a segurança na Amazônia é o foco do evento e, para isso, requer resposta de diversos aspectos peculiares e problemas relacionados à região.

”



Comprometida com a busca de uma Amazônia mais justa, livre e segura, a Associação de Delegados de Polícia do Estado do Amazonas (Adepol-AM) promoveu o 3º evento de forma espetacular. Com recorde de público, o Seminário alcançou objetivos primordiais, dentre eles, destaque a entrega da Carta de Manaus para o ministro da Justiça e Segurança Pública do Brasil, Sérgio Moro, que recebeu das mãos do Governador do Estado, Wilson Lima.

Promover a segurança na Amazônia é o foco do evento e, para isso, requer resposta de diversos aspectos peculiares e problemas relacionados à região. Tais problemáticas foram debatidas por estudiosos e profissionais da segurança pública do Brasil e do exterior. Como coordenador do 3º SISAM, o desafio foi maior em relação aos dois primeiros Seminários, uma vez que autoridades estrangeiras estiveram presentes para

contribuir com a dimensão do problema sobre crime organizado.

Por essa razão, a relevância de cooperação para atualizar e promover melhorias na segurança da região da Amazônia foi destacada insistentemente durante o evento, por autoridades brasileiras e estrangeiras, cuja finalidade foi, principalmente, atrair os olhos do Governo Federal – o qual teve acesso à Carta de Manaus, reeditada e com 20 pontos sensíveis e cruciais de aperfeiçoamento de políticas públicas de segurança. O evento deixou um legado valioso aos agentes e operadores de segurança na Amazônia, bem como às sociedades amazônicas.

A produção do 3º SISAM foi valiosa, uma vez que foi transmitida para todo o Brasil, por meio das redes sociais, deixando assim um registro histórico que resguarda o conhecimento para posterior compartilhamento a outros parceiros e operadores de segurança do país. O evento, além de promover

diretrizes de implementação de segurança para a Amazônia, serviu também, como norteador para outros projetos.

Este renomado evento aproximou profissionais da segurança, estudantes, universitários, autoridades, promotores, juízes, entre outros que se preocupam com a nossa Amazônia e, desta forma, é com muita satisfação e sentimento de dever cumprido que digo, com muita clareza:

“A objetividade alcançada durante os três dias e o quanto de conhecimento foi compartilhado com quase 1 mil inscritos no III SISAM”

Mário Jumbo Miranda Aufiero
Coordenador do III SISAM

O combate da criminalidade organizada na Sicília, berço da máfia italiana, no SISAM



“Não é só o problema de extorsão, sequestro ou tráfico e sim do próprio poder e influência que têm as organizações criminosas”

Dr. Fabio Licata
Magistrato della Repubblica Italiana

Os 40 anos de experiência em processos judiciais e atuação no combate envolvendo organizações criminosas na Itália foram colocados em pauta no III Seminário Internacional de Segurança da Amazônia pelo juiz Fabio Licata e o policial Giuseppe Giura, ambos com amplo conhecimento sobre o crime organizado. As duas autoridades marcaram presença histórica no evento, onde compartilharam a vivência do combate às máfias italianas.

Com forte atuação nas cortes italianas, especificamente na Sicília, uma região de cinco milhões de habitantes na Itália, o magistrado esclareceu que as organizações criminosas em todo o mundo possuem o mesmo tipo de estrutura organizacional, com cadeias hierárquicas, comandos operacionais, controles políticos e também econômicos. Licata revelou que na década de 1970 a principal vertente da máfia foi a violência, que posteriormente se fortaleceu, criando braços de poder na política, nas instituições públicas e economia.

O ex-integrante de Comissões de Relevância do Ministério da Justiça italiano, responsável por revisar a legislação sobre criminalidade organizada, explicou que as máfias, facções, organizações criminosas, estão presentes em todo o mundo, distribuídas em regiões e cada uma com suas características específicas, porém que todas possuem

algo em comum – a estrutura organizacional e o poder de influência. Licata esclareceu que, além de efetuar prisões precisa-se de legislações novas e rígidas para coibir novas práticas.

“O crime organizado no Brasil é diverso, assim como na Itália, com características próprias, e é muito importante para se obter uma política de segurança eficaz, uma economia bonita e um estado livre da organização criminosa que impõe o seu poder. Antes perseguíamos o tráfico e não compreendíamos, a máfia é uma forma de mediação que encontrava poder nos barões, no governo nacional, depois na economia. Não é só o problema de extorsão, sequestro ou tráfico e sim do próprio poder e influência que têm as organizações criminosas”, ressaltou.

O policial Giuseppe Giura informou que o objetivo maior é chegar ao produto ilícito, que é lavado por meio de empresas fantasmas, etc. “Temos muita experiência, houve dois momentos, um de quando houve uma legislação de emergência que surge para lidar com essa ação mais agressiva da máfia e outra que agora há uma legislação definitiva e que pode ser aplicada a todos os crimes que envolvem a criminalidade”, explicou.

As autoridades explanaram sobre criminalidade organizada e sua organização em rede. O objetivo da mesa foi tratar do

fenômeno da criminalidade do mundo contemporâneo e o modo de como ele se organiza atualmente. O crime organizado não é um problema de um único país, e sim global, e a discussão vai ser de acordo com cada realidade social.



Dr. Giuseppe Giura
Polizia di Stato - Italia



Fronteira e segurança no espaço amazônico

As regiões de fronteira amazônica são pontos sensíveis e os principais corredores fluviais para o ingresso de drogas em território brasileiro. A presença de agentes de segurança nestes locais deve ser prioridade para o combate ao narcotráfico, que constantemente produz e transporta entorpecentes em toneladas para comarcas regionais da Amazônia Brasileira e para todo o mundo.

O foco principal do III Seminário Internacional de Segurança (SISAM) foi debater as dificuldades enfrentadas pelos profissionais de segurança pública para coibir a entrada de entorpecentes em Estados como Amazonas, Roraima, Acre, Rondônia, Tocantins, Pará, entre outros que englobam a Amazônia Legal pertencentes à bacia Amazônica. Diversos atores da segurança pública se reuniram durante três dias para debater a temática.

O objetivo foi absorver conhecimento das esferas estaduais, regionais, federais e judiciais para construir políticas públicas com valor científico e, principalmente, prática para o bom funcionamento do sistema de segurança pública nas regiões de fronteiras, consideradas as principais rotas do narcotráfico do mundo. Segundo relatório das Nações Unidas (ONU), a Colômbia, que faz fronteira com o Brasil, continua sendo o maior produtor de cocaína mundial.

Em 2017, o país colombiano produziu 171 mil hectares de cocaína, 25 mil a mais que a medida de 2016.

O número foi o maior já registrado pela ONU, desde quando iniciou os trabalhos de monitoramento das plantações. Em seguida o Peru e a Bolívia seguem como maiores produtores de cocaína. O delegado aposentado da Polícia Federal, Mauro Sposito, explicou sobre o crime organizado no contexto amazônico e contou que os grupos criminais possuem duas vertentes, a do narcotráfico e da administração pública.

Contribuinte incansável na guerra contra os grupos criminais e as facções criminosas no Amazonas, Sposito explicou em seu discurso sobre o fenômeno das alianças da criminalidade do mundo contemporâneo e o modo como elas se organizam nos dias atuais.

O ex-coordenador de Operações Especiais de Fronteiras do Departamento de Polícia Federal falou que os alicerces do crime organizado são o narcotráfico – que gera violência – e o do poder financeiro – que motiva a corrupção. “No contexto amazônico o crime organizado se espelha em duas vertentes, uma contra a administração pública e outra que é narcotráfico, demos ênfase no narcotráfico porque aqui na



Amazônia o problema é esse, então coloquei as projeções de produção de drogas que ingressam no território brasileiro e a evasão de divisas que isso acarreta, além da economia subterrânea movimentada por esses bandidos. O que o narcotráfico faz é um prejuízo imensurável”, disse.

O general do Exército Brasileiro, Omar Zendim, representante do Comando Militar da Amazônia, afirmou que a presença dos militares nas áreas de fronteiras é constante, entretanto não se fugiu da responsabilidade de mostrar durante o evento o quanto é difícil atuar nas faixas de fronteira.

“Estamos aqui para mostrar a preocupação do Exército Brasileiro nessa temática que é a segurança pública. O trabalho é árduo, não é fácil, mas estamos combatendo o narcotráfico e todos os tipos de crimes existentes nessas regiões de interior e fronteira”.



Todos os profissionais da segurança, professores e pesquisadores contribuíram para o aperfeiçoamento da Carta de Manaus, que possui objetivo único de levar o conhecimento debatido para o Governo Federal Brasileiro e governos de países vizinhos.

O delegado da Polícia Federal, Sérgio Fontes, que já ocupou o cargo de secretário de Segurança Pública do Amazonas, frisou a importância de um efetivo robusto e qualificado nas fronteiras. Com extrema experiência no combate ao crime organizado e também com conhecimento vasto sobre atuação e organização das facções criminosas no Estado, Fontes ressaltou o descrédito do Governo Federal para com Amazônia.

“Nós precisamos de rumo, de metas, de discutir a ação e, se não sentarmos para discutirmos a situação, vamos ficar eternamente malhando em ferro frio e é o que estamos fazendo hoje, os índices estão crescendo, qualquer índice de criminalidade é crescente, o descrédito do nosso sistema de persecução é tão grande que as pessoas optam mesmo para a violência, o único índice que não cresceu foi o furto porque ninguém furta mais hoje em dia, os criminosos, as facções, as organizações querem dinheiro”, concluiu.

Entre as demais autoridades, estiveram também presentes o secretário extraordinário de Articulação da Cidadania

do Estado do Pará, Ricardo Brisolla Balestreri, David Marques, do Fórum Brasileiro de Segurança, Luís Ernesto Garcia Hernández, coronel da Polícia Nacional da Colômbia, entre outros, que agregaram valor ao maior Seminário de Segurança Pública da região norte do Brasil.

O documento ficou constituído de 20 diretrizes, que são algumas recomendações consideradas fundamentais aos propósitos mencionados em pauta no III SISAM. Entre eles aprofundar as parcerias entre os estados brasileiros e os países amazônicos, visando cooperação e melhoria da segurança, sobretudo nas áreas de fronteira; ampliar a cooperação entre os aparelhos de segurança dos estados e dos países amazônicos com as comunidades locais, fazendo chegar a eles tecnologia, comunicação e recursos que estão concentrados nos núcleos urbanos; montar uma força-tarefa permanente, mobilizável em toda a região, que incluía a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, as Polícias Estaduais, as Forças Armadas, as guardas municipais e a Defesa Civil, entre outras.





Estão os profissionais de segurança brasileiros prontos para o SUSP?

Um ponto bem destacado durante o III Seminário Internacional de Segurança da Amazônia foi o direcionamento equivocado de investigações policiais referentes aos alvos de organizações criminosas no Brasil. O Secretário Extraordinário de Articulação da Cidadania do Estado do Pará, Ricardo Brisolla Balestreri, defendeu a tese, esclarecendo que a polícia investigativa brasileira deve rastrear o dinheiro movimentado pelo crime organizado e direcionar as prisões para os verdadeiros líderes das máfias.

“O policial que está na ponta, ele olha e diz o seguinte: ‘Me sinto enxugando gelo’, o sistema não funciona, não vamos chegar a lugar nenhum, esses líderes de facção, Fernandinho Beira Mar, o Nem e outros que se intitulam chefes de organização não são líderes de coisa nenhuma, os verdadeiros líderes são pessoas inteligentes, elegantes, infiltrados em instituições públicas e privadas, estamos procurando embaixo, a raiz do crime vem de cima, temos que procurar em cima, na ponta”, explica.

Em seu discurso, Balestreri também abordou as falhas do sistema de segurança do Brasil, falou sobre a carência de investimentos do Governo Federal e a importância dos atores de segurança no país. O ex-secretário Nacional de Segurança Pública ressaltou, principalmente, da seriedade que é o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), que foi sancionado em junho de 2018 e que seria bastante eficaz no combate às organizações criminosas em todo o Brasil.

Com 17 livros publicados, em autoria e coautoria, sobre os temas da educação, cidadania, direitos humanos, segurança pública e polícia, Ricardo Brisolla Balestreri pontuou durante palestra que a polícia ostensiva e judiciária são os principais profissionais da segurança pública, pois são autoridades de um Estado democrático de direito e pontas no combate diário ao crime organizado. “Eles devem ser valorizados pela sociedade e, principalmente, pelo Governo Federal”, enfatiza.

Determinado, autêntico e bem posicionado, o secretário extraordinário do Pará massifica o problema de investimento da esfera federal e que atualmente as investigações têm sido voltadas apenas para crimes políticos. Para Balestreri, o III SISAM é um evento histórico e único, com objetivos de concentrar discussões para o aprimoramento das políticas públicas adotadas na segurança pública. Durante a palestra houve a ininterrupta defesa do SUSP como uma principal ferramenta para aperfeiçoar políticas de segurança.

Sistema Único de Segurança Pública - SUSP

Como principal tema do primeiro ciclo de palestras no segundo dia de Seminário, Balestreri explicou que o Sistema Único de Segurança Pública é uma tentativa de realizar um trabalho conjunto com todas as forças de segurança. “É uma tentativa de oficializar coisas que seriam óbvias, trabalho integrado com todos, deveria integrar todas as informações de inteligência brasileira, que seria um passo histórico. Todas essas atividades do SUSP foram evoluindo, mas não consolidaram porque houve resistência do Governo Federal”, finaliza.

Educação é o caminho

A conscientização e educação andam de mãos dadas, e baseado nisso Balestreri indicou que essa ainda é a principal diretriz para a redução de índices de crimes, aumento no número de usuários de entorpecentes e diminuição na venda de drogas.

“O que efetivamente vai diminuir o consumo de drogas é a conscientização e educação, isso sim vai diminuir e não é apenas fazendo apreensões de drogas que já são destinadas pelo tráfico a serem apreendidas”

Balestreri concluiu sua palestra destacando também sobre o aumento no ingresso de armas longas no Brasil, principalmente pelas fronteiras da Amazônia. Ele deu ênfase que o poder bélico é preocupante e que deve ter uma atenção maior do sistema de segurança pública. O secretário justifica que as armas longas – metralhadoras ou fuzis – estabelecem as facções e determinam seu poder diante da sociedade.

“Tem uma coisa que nós precisamos aprender no Brasil, temos que focar em armas mais longas, não é que tem que tirar o foco das drogas, mas temos que focar nelas porque essas sim são danosas porque estabelecem os grupos criminais. Temos que perder mais tempo e dinheiro evitando o ingresso dessas armas e desfocar essa obsessão moral e compreensível sobre a questão das drogas. Se a solução que há 40 anos a gente executa não resolveu coisa nenhuma, não estaria na hora da gente usar um pouco mais o cérebro para resolver isso na base da razão em vez da emoção?”, finaliza.

Coordenador de projetos do Fórum Brasileiro de Segurança Pública destaca a importância de debater a criminalidade na Amazônia

De 22 a 24 de maio a capital do Amazonas sediou o III SISAM - Seminário Internacional de Segurança da Amazônia. O foco principal do evento foi abordar temas relacionados à segurança pública na Amazônia e fronteiras.

O Coordenador de projetos do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Dr. David Marques, foi um dos palestrantes do Seminário Internacional e fundamentou em suas explicações a relevância de discussões pertinentes à Governança da Segurança Pública e os desafios de implementação do Sistema Único de Segurança.

SEGURANÇA É UMA RESPONSABILIDADE DE TODOS

Quando falamos em governança, referimos à ideia de que o Estado não é o único responsável pelas doutrinas que regem a política pública, presume-se através da Constituição Federal, de que segurança é uma responsabilidade de todos.

No Brasil, a governança em segurança pública é uma responsabilidade distribuída entre várias instituições. David Marques, esclarece que as instituições públicas responsáveis em promover justiça criminal e segurança, trabalham muito, porém não há articulações e coordenação que permitem uma direção centralizada e definida, definições de metas claras e de processos. Desta forma, não é possível implementar de forma efetiva uma política criminal baseada nos comandos constitucionais, onde o discernimento é que a segurança é uma responsabilidade de todos.

A CRIMINALIDADE NA AMAZÔNIA

Marques destacou as crescentes estatísticas relacionadas à criminalidade no estado do Amazonas. O crime organizado domina os territórios de todo país de dentro e fora dos presídios. Isto traz insegurança para a sociedade, que tenta justificar cada vez mais discursos radicais e ideológicos no contexto da segurança pública.

O palestrante sugere a necessidade de um sistema integrado e coordenado, só assim, um programa de segurança pública trará passividade ao medo e à violência que acomete a população.

SISTEMA INTEGRADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Diante do atual cenário político de segurança pública na Amazônia e em todo o Brasil, é difícil entender as definições, responsabilidades, os planos estratégicos, e projetos de leis.

Para tanto, os debates sugerem a implementação de um Sistema de Segurança Pública Integrado. “É necessário criar mecanismos de governança com o intuito de articular União, Estados, Distrito Federal e municípios, explica David Marques”. E ainda ressalta a importância de criar condições para a coordenação de ações que envolvem os Poderes Executivos, Legislativo e Judiciário.

Este sistema integrado precisa promover uma organização que centralize todos os poderes políticos nacionais com: Ministérios Públicos, Polícias Cíveis, Militar, Federal, Rodoviária Federal, Guardas Municipais, Forças Armadas,

Tribunais de Conta e Sistema Prisional. Somente uma verdadeira integração de todos poderá promover eficácia no sistema de segurança pública Brasileiro. Marques sugere que é necessário a participação e o protagonismo do Governo Federal diante deste cenário. Só assim, esta integração se tornará efetiva.

A NECESSIDADE DE DISCUSSÃO E DEBATES

O pesquisador relatou no Seminário Internacional que a sua contribuição se dá com a produção de informações, a fim de promover discussões e debates em relação ao tema, que agreguem valor e sirvam de embasamento para novas estratégias e ferramentas de implementação pelo governo, por isso a importância de um evento desse porte, com momento para debates e discussões que levem a um entendimento e consequentemente às ações para essa região, com base no tema central.

“Existe uma necessidade de pararmos como sociedade e fazermos uma reflexão profunda nas maneiras de superar a crise civilizatória que nos acomete”, disse o pesquisador. É necessário abrir mão dos embates ideológicos e eleitorais, colocando nossas energias em um foco único que é a política que promove o direito à vida.

“O SISAM é um evento que consegue reunir autores e pesquisadores de diferentes regiões do Brasil e de outros países para contribuírem com uma reflexão, um acúmulo de conhecimentos sobre questões específicas da Amazônia que são muito próprias daqui e que precisam ser vistas, para que as propostas de políticas públicas mais efetivas, mais eficientes e mais eficazes possam ser implementadas”, afirmou.



DESAFIOS DO SISTEMA PRISIONAL NO BRASIL

Há muito se fala sobre as más condições humanas, violência, superlotação e domínio das facções criminosas no sistema prisional brasileiro. Como se não bastasse, a reincidência criminal é um agravante no país. Como não existe aprimoramento humano e profissional nos presídios, geralmente quando voltam ao convívio social, os indivíduos se corrompem pelo crime novamente.

O sistema se torna uma enorme roda gigante, quanto mais gente se prende, mais criminosos são “formados” nas escolas do crime que acometem as prisões. E a dificuldade desses indivíduos se manterem fora do sistema prisional é um fator relevante para a volta ao mundo do crime. Não há incentivo para recrutamento de ex presidiários. E quando estes são inseridos no mercado de trabalho, logo voltam à fila do desemprego, reflexo do pré-conceito e medo da sociedade.

Embora seja uma exigência para a ressocialização, o sistema prisional brasileiro não dispõe de estrutura para atividades laborais e cursos profissionalizantes. Grande parte da população prisional é ociosa, sendo uma minoria os detentos que estudam e participam de atividades educacionais. Trabalhar ou estudar na prisão diminui as chances de reincidência no crime, o que justifica a reivindicação destes mecanismos de ressocialização.

Dos mais de 700 mil presos do Brasil, estima-se que 18,9% (139.511 detentos) exercem algum tipo de atividade laboral; e 12,6% (92.945 presos) estudam em suas unidades prisionais.

O índice é muito baixo para ser considerado um fator de ressocialização. Embora este contexto divida opiniões porque muitos brasileiros são a favor do trabalho prisional como alternativa de manutenção do sistema prisional, todos são unânimes em pensar que a ociosidade dos detentos não promove nenhum valor social para readaptação do indivíduo.

Os desafios do sistema prisional brasileiro estão além das fronteiras, invadem territórios desconhecidos para muitos e conhecidos pela máfia do crime organizado. Envolvem imigrantes que saem de seus países à procura de novas oportunidades e são aliciados ao tráfico pelas facções que dominam as fronteiras do país.

Alguns aspectos que contribuem para o caótico sistema prisional do Brasil:

1 – FALÊNCIA DO SISTEMA PRISIONAL

Que o sistema prisional do Brasil está falido, isto é um fato. Os presídios se tornaram depósitos humanos, gerando superlotação e acarretando problemas de diversas categorias: violência sexual entre os presos, proliferação de doenças, o tráfico e uso de drogas dentro dos sistemas prisionais, o acesso a telefonia móvel, o controle do crime organizado dentro das prisões, a rivalidade das facções, a corrupção que acomete o funcionalismo público, e por aí vai. A lista é grande e quase não tem fim.

Há hoje no Brasil mais de 700 mil presos, onde a capacidade total é de menos de 416 mil. Ou seja, a conta não fecha. Mais de 288 mil presos estão alocados em um déficit de vagas. O Brasil possui um índice de 68,6% acima da capacidade prisional. Uma superlotação.

No estado de São Paulo, a superlotação chega a 59,2%. Com capacidade para 141.871 vagas, o estado administra 225.874 presos. No Rio de Janeiro, este dado é ainda mais expressivo: com 28.688 vagas, o estado acomoda 50.941 detentos. Uma superlotação de 77,6%.

Nos estados com fronteiras de risco ao crime organizado, este percentual é ainda mais assustador. A superlotação do Amazonas chega a 140,7%. Sobre estes estados, daremos ênfase no decorrer do artigo.

Os presos sem julgamento (presos provisórios) também tiveram seus índices acrescidos na massa carcerária. Hoje, de

todos os detentos, 35,9% são presos provisórios. Talvez este seja um dos maiores percussores da superlotação no Brasil. E com a superlotação, outros problemas vão se agravando: a rivalidade das facções vão aumentando, as rebeliões por reivindicações de direitos se intensificam e ao longo de todo este processo, onde a preocupação maior dos órgãos de Direitos Humanos é a qualidade de vida e saúde dos presos, a escola do crime aumenta.

2 – O DOMÍNIO DAS FACÇÕES

As facções criminosas não são novidade no cenário de infrações do país. Elas estão em toda parte: comandam dentro e fora dos presídios. E como se não bastasse, além de promoverem a insegurança geral da população nas ruas, elas são rivais entre si.

Esta rivalidade e domínio geral das facções é hoje um dos principais desafios do sistema prisional brasileiro. O crime organizado dentro das prisões utiliza táticas de guerrilha e logística sofisticada. Os indultos são uma das estratégias utilizadas pelos presos para tornarem efetivas as suas condutas criminosas. E desafiando as barreiras do poder militar Brasileiro, estas facções gerenciam e governam seus “soldados” através de telefones celulares de dentro dos setores prisionais.

Não há um levantamento oficial sobre o número de facções criminosas no Brasil. Existe uma estimativa feita pelo Ministério da Segurança de que aproximadamente 70 organizações criminosas dominam os presídios em todos os estados brasileiros.

Desde 2006, quando as duas maiores facções do Brasil romperam seus laços criminosos (PCC e CV) o número de homicídios relacionados às facções aumentou consideravelmente. Conflitos que extrapolam as cadeiras e atingem a população são constantes em vários estados do Brasil. Diante deste cenário, observa-se a profunda incapacidade do Estado de garantir a segurança da população, principalmente em lugares onde há o controle total destes grupos.

Mesmo com as forças militares intensificando seus trabalhos em locais onde as facções criminosas possuem domínio, é uma realidade que a guerra entre a criminalidade e a passividade está longe de acabar.

De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2018 as principais facções do Brasil são:

- PCC (Primeiro Comando da Capital): atuando em 23 estados;
- CV (Comando Vermelho): 7 estados
- CV Regionais: 5 estados
- Família Monstro: 2 estados
- Okaida: 2 estados
- FDN (Família do Norte): 1 estado

3 – A FALTA DE ESTRUTURA DO SISTEMA JUDICIÁRIO

Não há como não associar o colapso do sistema prisional com a falta de estrutura do sistema judiciário como um todo.

É fato que no país, esforços para aplicar e conscientizar sobre a importância das penas alternativas já existem. Mas estas penas continuam sendo uma exceção. Os crimes contra o patrimônio, por exemplo, que são crimes considerados de menor gravidade, são punidos com prisões, havendo mistura dos detentos e intensificação da criminalidade. É muito comum nos depararmos com casos onde os juízes justificam a prisão de crimes de menor gravidade, em nome do temor da sociedade.

Mas como não aprovar tais medidas judiciais? Basta refletir nos ditados populares de que quem rouba 1 real pode roubar milhões, tudo é uma questão de caráter. Então, o assunto é passivo de discussões. O fato é que resolver os impasses do sistema prisional brasileiro é uma tarefa para o coletivo. E isto inclui sim o sistema judiciário.

Reclama-se da lentidão do sistema no Brasil. E esta é uma grande realidade. A duração dos processos que são submetidos ao sistema judiciário está sujeita a muitos requisitos: o tipo de procedimento, a complexidade do caso, a demora na coleta de provas, o prazo dos atos processuais e o desempenho do funcionalismo público.

Queremos expor que as razões para toda esta lentidão, não se resumem apenas ao sistema judiciário. Há fatores políticos que interferem nesta questão. Vamos analisar:

O EXCESSO DE DEMANDA: a grande quantidade de demanda e o número limitado de funcionários são características que justificam o colapso do sistema judicial.

QUANTIDADES INSUFICIENTES DE MAGISTRADOS E SERVIDORES:

mesmo o índice de produtividade dos juízes brasileiros ser considerado um dos maiores do mundo – segundo relatório do Conselho Nacional de Justiça – a sobrecarga dos magistrados brasileiros, não consegue atender a demanda. Este excesso de demanda poderia ser resolvido em outras instâncias, mas o número de magistrados que envolvem juízes, desembargadores e ministros é insuficiente.

OS RITOS BUROCRÁTICOS: este é outro agravante que esperamos que seja resolvido com a nova política brasileira.

4 – O SISTEMA PRISIONAL DA REGIÃO NORTE

A precariedade do sistema prisional na região Norte possui um agravante: a extensão geográfica com fronteiras entre países como a Colômbia e o Peru. Tais países são tidos como potenciais produtores de cocaína em âmbito mundial.

Para o tráfico, a região norte é estratégica por dois motivos: é uma área de escoamento de drogas para o continente europeu e é uma rota de transporte de drogas produzidas pelos países vizinhos. Estes fatores fortalecem as facções criminosas, como a FDN, que buscam novas formas de se organizar e manter o poder. A rivalidade entre as facções (FDN e PCC) torna caótica as estruturas dos presídios do Norte. Cada facção busca estabelecer seu espaço no mercado do tráfico e massacres violentos são registrados no escopo desta disputa.

Existem planos estratégicos de fronteira em ação que unem esforços das Forças Armadas, da Polícia Federal e de outros órgãos. O objetivo é o combate ao tráfico de drogas e contrabando administrado pelas facções.

A superlotação dos presídios do Norte também é um fator de extrema relevância. Vamos citar alguns dados:

- Estado do Acre: **31,1% acima da capacidade prisional;**
- Estado do Amazonas: **136,8%;**
- Estado de Roraima: **166,2%;**
- Estado do Pará: **79,5%**
- Estado do Amapá: **112,7%**

5 – O IMPONENTE MONTE RORAIMA: TRÁFICO DE DROGAS E CONTRABANDO

A crise na Venezuela vem estimulando de forma considerada o tráfico de armas e drogas na fronteira com Roraima. As facções criminosas que dominam o Norte do Brasil estão aproveitando o fluxo migratório entre os dois países para ampliar as ações criminosas.

As fronteiras são portas de entrada para alimentar o tráfico de drogas e armas para todo o Brasil. A maioria das armas oriundas do tráfico passam por rotas clandestinas com extensões que chegam a mais de 1.400 quilômetros.

Os imigrantes venezuelanos são usados como “mulas” do tráfico e quando são presos, não geram interesse pelas facções. Tudo leva a crer que estes imigrantes usam o tráfico como promessa de melhores condições de vida, a fim de fugirem da desgraça econômica que envolve seu país de origem.

Outra preocupação é com os imigrantes que chegaram no Brasil de forma legalizada, mas que não encontram oportunidades de reconstruírem suas vidas de forma digna. Há interesse neste núcleo de pessoas por parte das facções e infelizmente a sociedade se torna refém de um ciclo vicioso de crimes comandado de dentro do sistema penitenciário.

6 - CONCLUSÃO

Discussões em todo o país através de congressos, simpósios e seminários abordam o tema com veracidade e argumentações diversas. Enquanto uns se manifestam a favor da privatização do setor como alternativa de amenizar o impacto da criminalidade, outros defendem o investimento em projetos de ressocialização e melhores qualidades de vida para os detentos. Há discussões também que envolvem medidas recentes do Governo relacionadas ao porte de arma e à nova Política Nacional de Drogas.

Todo diálogo envolvendo formadores de opinião e pessoas de influência governamental é de suma importância para tentarmos resolver um problema que transcorre décadas.

A interação entre os governos do Brasil e Colômbia no combate ao tráfico

A Colômbia é um dos maiores produtores de cocaína do mundo, seguido do Peru, ambos aumentaram consideravelmente a fabricação do entorpecente e, um dos principais focos do país, é justamente combater a plantação da folha de coca, além de fortalecer o combate ao narcotráfico, com fiscalizações, operações secretas, mapeamento de inteligência e investigações criminais.

O oficial da Polícia Nacional da Colômbia, Coronel Luís Ernesto Garcia Hernández, esclareceu que os policiais colombianos estão se fortalecendo cada vez para combater guerrilhas do narcotráfico e que a interação com o governo brasileiro é importante para estreitar os laços e aprimorar métodos para ações de repressão contra o tráfico de drogas, que cresce desordenadamente em todo o mundo.

“É muito importante o patrulhamento em áreas terrestres e também fluviais, é um reforço de muita importância, pois é por onde se transporta droga para o Brasil. Por estes tipos de rios”, enfatizou o oficial, que já integrou a Associação Internacional de Analista de Inteligência Aplicação da Lei e foi pesquisador da Inteligência da Polícia Nacional da Colômbia.

Segundo Hernández, a interação entre os governos colombiano e brasileiro deve fortalecer o combate ao narcotráfico e frear, principalmente, a produção de entorpecentes e transporte nas regiões de fronteiras. O militar ilustrou em sua palestra o funcionamento do tráfico, suas produções, formas de combate e como o militarismo no país se comporta e atua diante do crime organizado.

“Os policiais colombianos estão se fortalecendo, com equipamentos, investigação criminal e inteligência policial, além de fiscalização em setores internos, entre outras medidas que

devem ajudar junto com nosso aliado a questão da segurança”, explicou o militar, que atualmente participa de projetos de profissionalização e desenvolvimento policial. O oficial é analista, pesquisador e especialista em segurança pública com ênfase em gestão policial.

“O patrulhamento em áreas terrestres e também fluviais, é um reforço de muita importância, pois é por onde se transporta droga para o Brasil.”

Coronel Luís Ernesto Garcia Hernández



GRUPOS DE TRABALHOS DO III SISAM

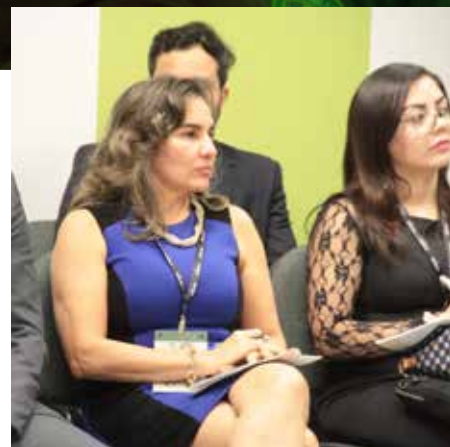
Os Grupos de Trabalho do III Seminário Internacional de Segurança foram conjuntos de grande importância e que agregaram valores essenciais para a exposição de experiências, pesquisas científicas e construção de ideias para o aprimoramento da segurança. Participaram dos grupos oficiais da Polícia Militar, praças, universitários do Amazonas, Vitória, Bahia, entre outros, além de autoridades da Segurança Pública.

O coordenador do Mestrado Profissional em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Antônio Gelson Nascimento, concluiu que a universidade cumpriu com seu papel no evento e que o Seminário foi uma oportunidade única para que graduados, mestres e autoridades da segurança pública apresentassem seus artigos científicos sobre problemáticas específicas de segurança.

“Fico muito feliz com o SISAM, pois conseguimos trazer egressos do curso de Mestrado, que trouxeram a discussão da criminalidade em regiões metropolitanas brasileiras e a análise comparada com outras regiões, colocando Manaus como evidência. Foi uma discussão acalorada, com resultado muito positivo. Eles conseguiram trazer ajustes de informações, uma perspectiva nova de a gente ajustar os dados sobre políticas de segurança”, explicou.

De acordo com Gelson Nascimento, a prevenção ao crime é um processo de outras instituições coadjuvantes e que

a presença dos atores do corpo operacional da Segurança Pública é de suma importância nos Grupos de Trabalho pois eles veem de perto a problemática de uma forma científica. Oficiais superiores da Polícia Militar do Amazonas também apresentaram projetos e artigos relacionados ao combate ao crime organizado.



Nascimento concluiu que todos os Grupos de Trabalho foram positivos e satisfatórios. Segundo o coordenador, o momento foi oportuno para trazer para dentro do III SISAM a discussão científica e que os artigos têm surtido excelentes resultados. “A gente chega ao terceiro e último dia com um balanço muito positivo com as questões que envolvem a segurança pública”, finalizou Antônio Gelson Nascimento.

“Há uma necessidade de a gente pensar em uma política que tenha amplitude e capacidade de controlar o crime, o trabalho aqui no SISAM dá oportunidade de criar uma melhor adequação de informações relacionadas a um determinado crime e isso vem ajudar na construção ou na ampliação na base de dados do SUSP que é onde concentra todas as informações de segurança pública no Estado”.

Dr. Antônio Gelson Nascimento
Professor da Universidade do
Estado do Amazonas (UEA)



As graduações da área de segurança agregam valores importantes para os profissionais da área

Investir em educação como forma de combater a criminalidade, através da prevenção foi assunto discutido no III SISAM (Seminário Internacional de Segurança na Amazônia), com profissionais de ensino e especialistas da área de segurança. Hoje já existem cursos de graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado nesse setor, que merecem atenção dos órgãos públicos, pois se trata da formação de especialistas que podem agregar valor na proteção da população de todo o Brasil.

Para o professor da Universidade Estadual do Amazonas (UEA), André Luiz Nunes Zogahib, para ter mais efetividade nessa área é fundamental conhecer novas metodologias de pesquisa e acesso às ferramentas que auxiliam no entendimento do ato de cometer os crimes. Metodologias estas, desenvolvidas através de cursos de especialização.

Segundo Zogahib, a segurança pública é um dos assuntos mais temidos pela população e mais cobrados ao governo em épocas de campanhas eleitorais. Especializar-se no assunto é necessário. E este contexto engloba gestores políticos ou profissionais da área efetiva de segurança (como militares e forças armadas), e também a geração de profissionais de todas as esferas na especialização em gestão pública porque assim dará condições ao país de ter um foco mais articulado e integrado na solução da segurança como um todo.

“O setor requer investimento e incentivos por parte do Governo Federal. Quando tivermos um número expressivo de múltiplos profissionais, de diferentes setores, públicos e privados, moldados em um perfil de conhecimento especializado na gestão de segurança pública, com certeza, conseguiremos mais resultados com o aprimoramento de técnicas e ferramentas estudadas nas universidades”, disse.



Cursos de especialização na área de segurança

Já existe no Brasil algumas universidades que trabalham com esta especialização, podemos citar a **ULBRA** (Universidade Luterana do Brasil), a **Rede de Educação Clarentiano**, a **Universidade de Vila Velha no Espírito Santo**, a **IESLA** (Instituto de Educação Superior Latino Americano), o **PROGESP** (Universidade Federal da Bahia), a **EIKON Brasil** e **UEMS** (Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul). Esta última, com foco no curso de Planejamento, Inteligência e Liderança na segurança Pública, curso com nível de Pós-Doutorado.



Regiões de Fronteiras

De acordo com o professor da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Dorli João Carlos Marques, as regiões de fronteira do Brasil, principalmente as que envolvem o Estado do Amazonas e Roraima, têm sido foco de atenção dos especialistas em segurança pública.

“O índice de criminalidade cada vez mais expressivo gera medo e insegurança para a sociedade. As facções criminosas dominam o tráfico de armas e drogas nestas regiões que são fontes privilegiadas pelos criminosos por questões geográficas que facilitam o crime organizado, afirmou Marques, explicando que a crise de países vizinhos como a Venezuela é um agravante neste cenário. “As facções criminosas aproveitam a oportunidade gerada pela imigração venezuelana para aliciar o tráfico”. contou.

Estes assuntos centralizaram temas discutidos no III SISAM, e o leque de informações sobre a segurança pública especificamente nas regiões de fronteiras gerou estudos significantes que foram apresentados com muito êxito no Seminário Internacional, porque foi palco para apresentações de artigos científicos desenvolvidos especialmente a fim de focar na problemática de

segurança nas regiões de fronteiras. O coordenador do Mestrado Profissional em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos do Estado do Amazonas (UEA), Antônio Gelson Nascimento, destacou seu contentamento com o papel da universidade nas discussões da criminalidade em regiões metropolitanas brasileiras e a análise comparada com outras regiões, colocando Manaus como evidência.

Nascimento relatou que estudantes dos cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado, que participaram do Seminário, contribuíram de forma efetiva com a apresentação de informações de alta relevância e com uma perspectiva nova para que os dados sobre política de segurança sejam melhor ajustados. “Estes dados ajudam na construção e ampliação da base de dados do SISAM, que é o sistema onde se concentram as informações de segurança pública no Estado”, ressaltou.

Gelson Nascimento também destacou a importância da presença dos atores do corpo operacional da Segurança Pública, referindo-se aos Oficiais Superiores da Polícia Militar do Amazonas, que também apresentaram projetos e artigos relacionados ao combate ao crime organizado, com informações de grande valia.

“O SISAM foi um canal de informações valiosas, que motivaram a reflexão da importância do incentivo no estudo especializado em segurança pública, para que novos veículos de pesquisas, relacionados principalmente à segurança nas regiões de fronteiras, sirvam de fontes inspiradoras para tomadas de decisões de nível governamental e todas as esferas políticas”, disse.

“As facções criminosas aproveitam a oportunidade gerada pela imigração venezuelana para aliciar o tráfico”.

Dr. Dorli João Carlos Marques
Professor da Universidade do Estado do Amazonas (UEA)

SISAM EM FOTOS



Coronel Luis Ernesto García e Sandro Sarkis



Dr. David Marques e Dr. Ricardo Brisolla Balestreri



João Victor Tayah



Dr. Marcus Vinícius Gonçalves da Cruz



Dr. Emerson de Almeida Negreiros



Giuseppe Giura



Fábio Licata



Mauro Spósito



Dr. Mario Aufiero, Del. Sérgio Fontes e Dr. Vicente Riccio



Participantes durante os Grupos de Trabalhos



Palestrantes durante a Abertura do III SISAM



Dr. Sandro Luiz Sarkis, Dr. Emerson de Almeida Negreiros e Dr. Mario Jumbo Miranda Aufiero



Dr. Ricardo Brisolla Balestreri, Dr. Sandro Luiz Sarkis e Dr. Luis Flávio Saporí



Coronel Luis Ernesto Garcia



Dr. Vicente Riccio



Tenente Coronel Marcus Vinicius O. de Almeida



Dr. Mario Aufiero durante leitura da Carta de Manaus



Prof. Dr. Edgard Vinicius Cacho Zanette (UERR), Prof. Dr. Edson Marcos Leal Soares Ramos (UFPA), Profa. Dra. Ivone Freire Costa (UFBA), Prof. Dr. Antônio Gelson de Oliveira Nascimento (UEA) e Prof. Dr. Humberto Ribeiro Júnior (UVV)



General de Brigada do CMA Omar Zendim e Dr. Ricardo Brisolla Balestreri



Policiais Militares participam do III SISAM



Palestrantes durante o encerramento do evento na leitura da Carta de Manaus



Elaborada durante o III SISAM, Carta de Manaus é entregue ao Ministro Sérgio Moro, em Manaus

A Carta de Manaus, documento elaborado no III Seminário Internacional de Segurança (SISAM), evento realizado pela Associação de Delegados de Polícia do Estado do Amazonas (Adepol-AM), foi entregue para o Ministro da Justiça e Segurança Pública do Brasil, Sérgio Moro, durante encontro em Manaus, nesta segunda-feira (10), com secretários de Administração Penitenciária de todo o país. O magistrado afirmou ler com atenção o documento e prometeu dar repostas em breve. O evento foi realizado nos dias 22, 23 e 24 de maio de 2019, no Teatro Século, Ponta Negra, com quase 1 mil participantes inscritos.

A entrega da Carta de Manaus foi realizada em uma sala reservada, pelo Governador do Estado, Wilson Lima, na presença do Vice-governador, Carlos Almeida, e do secretário da Seap do Amazonas, o Tenente-coronel Marcus Vinícius de Oliveira. O documento possui 23 diretrizes para o aprimoramento da segurança na Amazônia Legal, considerado ponto chave para o narcotráfico no Brasil.

De acordo com o coordenador do III SISAM, delegado Mário Aufiero, a entrega é um marco na segurança da Amazônia e que o ato significa aproximação com o Governo Federal em relação à situação das fronteiras da região amazônica. Segundo Aufiero, a ação simbolizou união sobre os pontos discutidos nos três dias de Seminário, com mais de 30 horas de palestras e 21 palestrantes especializados em segurança pública. O evento é considerado o maior Seminário da região Norte do Brasil.

“A entrega da Carta pelo Governador do Estado do Amazonas, Wilson Lima, significar dizer que é pela primeira vez na história brasileira que as diretrizes de Segurança Pública e Fronteira da Amazônia realizada na região por profissionais da área de segurança e quase todas as áreas do conhecimento será levada em consideração pelo Governo Brasileiro”

- Mário Jumbo Miranda Aufiero, Coordenador do III SISAM

O secretário de Administração Penitenciária do Amazonas (SEAP), Tenente-coronel Marcus Vinícius, afirmou que o ministro Sérgio Moro foi atencioso ao receber a Carta de Manaus e que dará atenção especial ao documento, elaborado e reeditado após os três dias de evento. Conforme o secretário, o ministro foi claro em dizer que dará retorno no próximo encontro com o governador Wilson Lima.

“O governador Wilson Lima destacou ponto focal de desenvolvimento de inteligência no que tange à Segurança Pública na região Norte, ele fez essa fala e pediu para que o ministro olhasse de maneira diferenciada para a Carta. Disse que nós (Amazonas) temos pensamento e entendimento próprio para a segurança pública na região amazônica que passa por toda uma logística de tráfico internacional nas fronteiras, pediu a ele para ver com carinho esse entendimento que foi gerado durante o SISAM e o ministro afirmou que dará um feedback no próximo encontro com o governador”

Tenente-coronel Marcus Vinícius de Oliveira

A CARTA

A Carta de Manaus, que teve sua primeira edição em 2011 durante o I SISAM, é um documento com diretrizes de políticas de segurança pública específicas para a região da Amazônia Legal, área de extrema sensibilidade na qual o narcotráfico usufrui de forma insistente para o ingresso de drogas no Brasil, trazendo prejuízos para a população do Amazonas e Estados vizinhos.

Para a realização dessa missão tão abrangente, deve-se destacar a importância do Centro de Estudos de Segurança da Amazônia (CESAM), entidade da sociedade civil, composta por profissionais de órgãos de segurança, de universidades e de instituições comprometidas com a segurança e o desenvolvimento da Amazônia. Desta forma, apresentamos mais seis propósitos fundamentais.

Leia a Carta de Manaus na íntegra

Reeditada em 24 de maio de 2019

Os participantes do III SISAM – Seminário Internacional de Segurança da Amazônia, reunidos na cidade de Manaus nos dias 22, 23 e 24 de maio de 2019, tiveram a oportunidade de discutir e analisar criticamente temas essenciais que permeiam a região amazônica, munidos da intenção de construir caminhos para a promoção de uma Segurança Pública eficiente, aliada ao desenvolvimento socioeconômico sustentável.

O III SISAM compreende que a Amazônia está sob o olhar atento de todo o mundo, dada a sua importância geopolítica no cenário internacional. Abrigando a maior floresta tropical do planeta, a Amazônia possui um dos maiores ecossistemas do globo terrestre e exerce importante função reguladora dos efeitos climáticos mundiais. Mas também se encontra sob riscos que demandam reflexões sistêmicas e científicas, diante de ameaças internas e externas que colocam em xeque o exercício da soberania brasileira na região e no controle eficaz da extensa faixa fronteira com o Peru e a Colômbia.

É urgente e necessário planejar a Amazônia de forma estratégica, traçando soluções para os problemas amazônicos a partir de uma análise focada na própria região. Pensar o tema exige conhecer a Amazônia de fato e de perto, sem olvidar que os sujeitos e fenômenos amazônicos são objetos imprescindíveis de estudo para a construção das políticas públicas de segurança.

Para definir métodos apropriados de redução da criminalidade no contexto amazônico, a atuação dos aparelhos estatais deve aliar os mecanismos de repressão aos ilícitos penais a uma preocupação preventiva que atue diretamente nas causas de existência do crime, reduzindo as desigualdades sociais e gerando oportunidades emancipadoras numa perspectiva fundada na dignidade da pessoa humana, sem negligenciar a importância de preservação do meio ambiente para as gerações atuais e vindouras.

As discussões do III SISAM mostraram amadurecimento na inclusão da perspectiva ecológica e social a todo o contexto de segurança. Já não é possível se pensar a Segurança Pública de forma isolada, mas sim mediante a atuação integrada de todos



os entes federativos por meio de um sistema único, que una todas as esferas de governo, incluindo nações estrangeiras vizinhas, em torno de um propósito comum: o de proporcionar a todos um ambiente de paz.

Apresentamos, a seguir, algumas recomendações consideradas fundamentais aos propósitos acima mencionados:

- 1 Aprofundar as parcerias entre os estados brasileiros e os países amazônicos, visando cooperação e melhoria da segurança, sobretudo nas áreas de fronteira;
- 2 Ampliar a cooperação entre os aparelhos de segurança dos estados e dos países amazônicos, com as comunidades locais, fazendo chegar a eles tecnologia, comunicação e recursos que estão concentrados nos núcleos urbanos;
- 3 Montar uma força-tarefa permanente, mobilizável em toda a região, que inclua a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, as Polícias Estaduais, as Forças Armadas, as guardas municipais e a Defesa Civil;
- 4 Mapear tipos e áreas de maior incidência de criminalidade, em especial crimes ambientais, corrupção e lavagem de dinheiro, identificando seus principais autores, as organizações criminosas e reprimir tais infratores;

5	Promover estruturas eficazes de enfrentamento às organizações criminosas, ampliando o controle e o rastreamento de armas e munições, combatendo o tráfico de drogas por meio de adequado serviço de inteligência sobre o fluxo econômico das atividades criminosas e a identificação dos agentes que exercem real autoridade sobre tais organizações;	15	Observar as populações que vêm se instalando na região, o fluxo migratório e, especialmente, as populações indígenas e ribeirinhas, que devem obter atenção suficiente e adequada para que possam permanecer nas regiões de origem;
6	Pesquisar, montar bancos de dados e divulgar relatórios do georreferenciamento da região, mapeando povos, recursos, fauna, flora, áreas com oportunidades econômicas e focos de conflitos;	16	Otimizar os mecanismos de prevenção, seja por meio de políticas de Estado que visem ao bem-estar social, à geração de emprego e renda e à promoção de condições básicas de sobrevivência; seja por programas que visem a sensibilizar a população sobre a necessidade de prevenir e reduzir a violência discriminatória (baseada no gênero, na orientação sexual, na raça, na religião ou em qualquer outra condição);
7	Intensificar o combate ao tráfico de drogas, às armas e às pessoas infratoras em cidades, municípios do interior e áreas de fronteiras;	17	Valorizar o trabalho técnico pericial, equipando os institutos policiais com instrumentos tecnológicos modernos, construindo uma adequada cadeia de custódia que permita a conservação da prova como elemento de consubstanciação da autoria e da materialidade delitiva;
8	Aprimorar a gestão e as condições do Sistema Prisional, visando eliminar a superlotação, garantir a separação dos presos conforme a gravidade dos delitos e evitar a sua permanência em unidades policiais, em parceria e permanente comunicação com um sistema judiciário garantista e restaurativo que prime pela liberdade como direito fundamental;	18	Aprimorar o sistema normativo-legal, de forma a se priorizar o combate à macrocriminalidade, por intermédio de instrumentos que auxiliem as polícias, o Ministério Público e o Poder Judiciário a efetivar a persecução e a responsabilização penais;
9	Valorizar e aperfeiçoar o desempenho dos profissionais das diversas áreas da segurança pública, inclusive da perícia técnica, adequando-os à complexidade e extensão das necessidades atuais, reconhecendo-os como principais agentes do Estado na promoção dos direitos humanos e na preservação do Estado Democrático de Direito;	19	Atentar para as peculiaridades locais, inserindo os municípios nas ações de prevenção ao crime e à violência com respeito às populações indígenas e ribeirinhas, facilitando a sua permanência nas regiões de origem por meio da regularização urbanística e da defesa social;
10	Montar, nas zonas críticas, núcleos de delegacias especializadas em meio ambiente, aparelhando-os com tecnologia e equipamento para patrulhamento naval e hidrofluvial;	20	Ampliar a rede de divulgação e adequar o ensino fundamental e médio às necessidades da região, inserindo no currículo disciplinas sobre ética e cidadania, sociologia, filosofia, história e geografia regionais, cultura local, segurança e desenvolvimento sustentável, dentre outras.
11	Estabelecer sistemas tecnológicos de comunicação e monitoramento da região, via satélite ou similar, que ampliem a segurança, fazendo-a chegar a toda a extensão territorial;		
12	Firmar parcerias com instituições científicas da região amazônica, como o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA, a Universidade do Estado do Amazonas - UEA, a Universidade Federal do Amazonas - UFAM e todas as Universidades dos Estados amazônicos, a fim de compartilhar informações de qualidade, aprimorar os recursos científicos e formar profissionais capacitados para atuar na Segurança Pública;		
13	Implementar programas especialmente dirigidos aos jovens e às mulheres, no interior e em áreas urbanas, de forma a prevenir e reduzir a violência doméstica, a ação de gangues, a exploração sexual e a atração por drogas e armas;		
14	Ampliar a divulgação nos meios de comunicação de massa de campanhas e outras ações preventivas contra tráfico e o consumo de drogas, tráfico de pessoas e de armas, contrabando, corrupção e lavagem de dinheiro;		

Essas são, portanto, as reflexões e recomendações fundamentais da Carta de Manaus, reeditada em maio de 2019, neste III SISAM, ocorrido em Manaus, organizado pela Associação dos Delegados de Polícia, seccional Amazonas.

Dra. Elizabeth da Cunha Sussekind
Relatora da Carta de Manaus

Dr. João Vitor Tayah Lima
Reeditor da Carta de Manaus

Dr. Mário Jumbo Miranda Aufiero
Coordenador Geral do III SISAM

ANAIIS DO EVENTO

III Seminário Internacional
de Segurança da Amazônia
22 a 24 de maio - Manaus

O III SISAM recebeu dezenas de trabalhos inscritos, dos quais 32 artigos científicos foram aprovados e apresentados durante o Seminário.

CONFIRA OS ANAIS
DO EVENTO

Acesse os Anais do III SISAM pela internet
www.cesam.org.br/sisam/anaais

Use o leitor QR CODE
do seu celular para
acessar diretamente





IV Seminário Internacional de Segurança da Amazônia

BOGOTÁ
COLÔMBIA
2021

www.cesam.org.br/sisam